

Entre o esquecimento e o dever de recordar

No próximo sábado, 1 de Novembro, será apresentado em Lisboa o livro *Tarrafal, 1975 – O Campo do Silêncio*, da jornalista Sandra Inês Cruz, uma obra que devolve voz aos últimos presos políticos de Cabo Verde, silenciados entre o 25 de Abril português e a independência das ilhas. A partir dessa evocação, renova-se o debate sobre o sentido da liberdade, a manipulação da memória e o dever de transformar o antigo Campo de Trabalho de Chão Bom num verdadeiro lugar de resistência e de consciência histórica.

Manuel Brito-Semedo

O nome e o equívoco

Durante décadas, o nome “Campo de Concentração do Tarrafal” impôs-se como sinónimo de opressão e suplício. Contudo, essa designação nunca foi oficial: nos documentos do Estado Novo, o local surge como “Campo de Trabalho de Chão Bom”, eufemismo criado para mascarar a realidade da reclusão política sob o disfarce de “disciplina laboral”.

A palavra *trabalho* servia a retórica moralista do regime, que defendia que o labor regenerava e redimia o “inimigo da pátria”. Na prática, era instrumento de tortura e aniquilamento físico: o calor sufocante, a malária, a fome e a solidão transformavam o campo num inferno tropical. A omissão deliberada do termo “concentração” – sobretudo após a Segunda Guerra Mundial – visava preservar uma aparência de decência diplomática perante o mundo. Desmontar esta falácia é essencial para compreender como o poder manipula a linguagem para legitimar a violência.

Três períodos de um mesmo silêncio

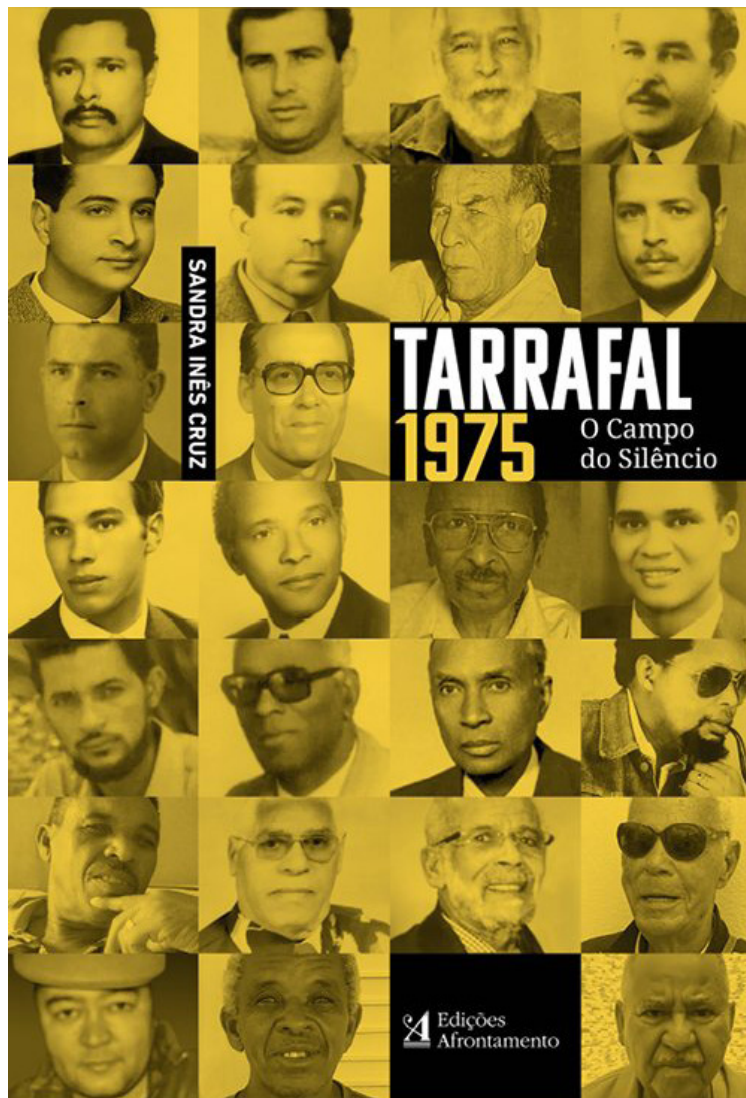
O Campo de Trabalho de Chão Bom conheceu três períodos de funcionamento, que espelham as sucessivas faces do autoritarismo português e pós-colonial.

O primeiro (1936–1954) corresponde ao internamento de opositores políticos portugueses – comunistas, sindicalistas, republicanos – enviados para o exílio por ordem de Salazar. Ali morreram dezenas de prisioneiros, entre eles Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido Comunista Português. Chamavam-lhe o “Cemitério dos Vivos”, nome que traduz a sua lógica perversa: matar devagar, longe da vista pública.

O segundo período (1962–1974) marca a reabertura do campo para receber militantes dos movimentos de libertação das colónias africanas – sobretudo do PAIGC (Guiné e Cabo Verde), mas também do MPLA (Angola) e da FRELIMO (Moçambique). O Tarrafal tornou-se, então, um braço penal da guerra colonial, símbolo da recusa do regime em aceitar o direito à autodeterminação dos povos africanos. Entre os prisioneiros encontravam-se figuras que, após a independência, viriam a ocupar cargos de relevo político nos seus países. O campo passou a ser conhecido como “Campo de Chão Bom do Tarrafal de Santiago”, numa tentativa de apagar o passado de 1936, mas a lógica repressiva manteve-se intacta.

O terceiro período (1974–1975), logo após o 25 de Abril, é o mais paradoxal e doloroso: o campo foi novamente utilizado, ainda sob administração portuguesa e depois cabo-verdiana, para deter compatriotas acusados de se oporem ao processo político em curso. Entre os presos contavam-se professores, comerciantes e cidadãos comuns, muitos sem acusação formal.

O Presídio do Tarrafal, que recebeu, no mesmo espaço, presos de delito comum naturais do arquipélago, bem como mais de 50 homens por motivos políticos já depois do 25 de Abril e antes da independência (1974–1975), constitui um dos mais sombrios símbolos da repressão e da violação dos direitos humanos em Cabo Verde e no mundo lusófono.



Ao longo das suas três fases de funcionamento – de 1936 a 1954, de 1962 a 1974 e de 1974 a 1975 – o Tarrafal foi, sucessivamente, prisão de opositores políticos portugueses, de nacionalistas africanos e, paradoxalmente, de cabo-verdianos detidos no período que antecedeu a independência.

O silêncio que persiste depois da liberdade

É sobre este último período que se debruça o livro de Sandra Inês Cruz, *Tarrafal, 1975 – O Campo do Silêncio* (Edições Afrontamento, coleção *Memoirs*). Com rigor de jornalista e sensibilidade de investigadora, a autora reconstitui as histórias de homens presos numa prisão que já devia estar encerrada, confrontando um país com a sua própria sombra: a liberdade não chegou a todos ao mesmo tempo.

Nas ilhas, a revolução desembarcou com atraso e contradições; trouxe esperança, mas

também medo. Os ecos do poder mudaram de sotaque, mas a lógica da obediência e da exclusão sobreviveu. Mais do que denúncia, o livro é acto de escuta e de restituição moral, resgatando memórias familiares, cartas e fotografias que revelam um Cabo Verde dividido entre o sonho e a ferida, e questionando o silêncio oficial que perdurou meio século.

O 25 de Abril que não chegou às ilhas

No artigo *O 25 de Abril que nunca aconteceu*, publicado no *Expresso das Ilhas*, recordou-se esse hiato entre o entusiasmo da revolução e a sua concretização efectiva em Cabo Verde. Evocando Teixeira de Sousa em *Entre Duas Bandeiras*, sublinhou-se que a independência deveria ter sido acto de reconciliação, não de exclusão.

“Mesmo depois da proclamação da independência”, escrevia-se, “a sanha dos novos donos do

poder continuou e abriram-se outros Tarrafais, com prisões arbitrárias, torturas e mortes.”

A história do Tarrafal – ou de Chão Bom, para usar o nome correcto – é, pois, a história das metamorfoses da repressão: mudam os regimes e as bandeiras, mas a lógica do medo resiste. Lembrar é impedir que o poder se volte a esconder sob o manto da virtude.

Resistência e liberdade: o futuro de Chão Bom

O projecto de musealização do Campo de Trabalho de Chão Bom, hoje em curso, pretende transformar aquele espaço num *Museu da Resistência e da Liberdade*. A credibilidade do projecto dependerá, porém, da coragem de assumir as três memórias que o habitam – a dos antifascistas portugueses, a dos nacionalistas africanos e a dos cabo-verdianos do processo político da independência.

Não se trata apenas de conservar edifícios ou objectos, mas de preservar consciências. Um museu que omite é tão perigoso como um campo que cala.

A dimensão pedagógica deste projecto é decisiva. Transformar o Tarrafal num espaço vivo de educação cívica e histórica permitirá às novas gerações compreender que a liberdade não é um estado, mas um processo. Nas escolas, nos museus e nas praças públicas, a história de Chão Bom pode e deve ser contada como advertência contra o autoritarismo e o esquecimento. Um país que ensina a sua dor é um país que aprende a sua dignidade.

É necessário, pois, fazer do Tarrafal um lugar de verdade e de reconciliação, onde as novas gerações aprendam que a liberdade é uma construção permanente, feita de vigilância, dúvida e empatia. Preservar o Tarrafal – ou, com mais propriedade, o Campo de Trabalho de Chão Bom – é preservar a verdade, a memória e a humanidade. Enquanto houver nomes por dizer, rostos por lembrar e silêncios por reparar, a liberdade continuará a ser uma obra inacabada.

E talvez seja esse o verdadeiro sentido da palavra *resistência*: não desistir de lembrar, mesmo quando a lembrança incomoda. Porque resistir é, antes de mais, não desistir de lembrar. ■

Tarrafal, o Silêncio que Faltava Contar

Jornalista e investigadora, Sandra Inês Cruz devolve voz aos últimos presos políticos de Cabo Verde, detidos no Campo de Chão Bom em 1975 – quando a liberdade já se proclamava em Portugal. No livro *Tarrafal, 1975 – O Campo do Silêncio*, publicado pelas Edições Afrontamento, reconstrói um dos episódios mais perturbadores da transição pós-colonial: a existência de uma prisão política activa depois do 25 de Abril. Com rigor e sensibilidade, a autora une jornalismo, história e ética para iluminar um silêncio que atravessou meio século.

Entrevistada por Manuel Brito-Semedo

O que a levou a dar voz aos últimos presos do Tarrafal? E como transformou essas memórias – cartas, fotografias e recordações familiares – numa narrativa histórica sem trair a dor e a intimidade de quem as viveu?

Não lhe chamaria narrativa histórica. Eu sou jornalista e o que aqui está é produto da minha investigação enquanto tal, sobreposta à pesquisa que desenvolvi ao longo dos últimos anos no âmbito de um doutoramento que teve por tema o esquecimento no Campo do Tarrafal. Este é apenas um dos esquecimentos integrantes da tese que considera o Campo durante todo o seu tempo de funcionamento enquanto espaço de privação de liberdade, i.e., durante os 39 anos em que, ininterruptamente, recebeu homens presos. O livro conjuga factos registados em documentos oficiais com aqueles que foram divulgados pela imprensa do arquipélago durante o “verão quente” de 1974, contribuindo para organizar temporalmente os acontecimentos que contextualizam estas prisões e os caminhos que percorreram estes homens entre o momento da sua detenção e aquele em que voltaram a ser livres. A isto acrescem os testemunhos de alguns dos últimos presos que tive oportunidade de entrevistar e das famílias que encontrei e que mostraram vontade de contar aqueles dias, mas sobretudo, as implicações que eles tiveram nas suas vidas. Recebi fotografias e documentos como provas de existências esquecidas, marginalizadas pelos discursos oficiais que vão escrevendo a

história. Como recebi tranquilamente algumas (poucas) indisponibilidades para comigo regressarem ao passado. Perceber o quão dolorosa é, ainda hoje, esta memória entre alguma das famílias afectadas foi, de resto, uma confirmação do sofrimento e da falta de reparação que já me haviam transmitido todos aqueles que comigo aceitaram falar. *Foram só meia dúzia de meses e aquilo não foi bem uma prisão* – ouvi estas duas frases muitas vezes em Cabo Verde. Caber-nos-á perguntar: e como é que um tempo tão reduzido e, aparentemente, sem grande importância, foi responsável pelo abandono, por parte de várias famílias, da casa em que viviam, da terra em que nasceram, das ilhas que conheciam? “Exílio” foi uma palavra que registei. Os que a pronunciaram para me explicar a vida que têm e que foi escrita naquele meio ano estão aí. E contam porque a quem quiser ouvi-los.

O Campo do Silêncio mostra que, mesmo depois do 25 de Abril, a repressão persistiu em Cabo Verde. Como explica esse paradoxo – o de uma revolução feita em nome da liberdade que continuou a prender por razões políticas?

Este livro não pretende ser uma explicação para esse aparente paradoxo. Muito melhor do que eu, enquanto cabo-verdiano, enquanto investigador e enquanto testemunha deste tempo, poderá discorrer sobre as tantas supostas contradições que fizeram os dias da transição para a independência. São, aliás, várias e reconhecidamente autorizadas as vozes que vêm trazendo a público a memória desse tempo e não faltam, em Cabo Verde, reflexões sobre as motivações, actos e consequências de anos de monopar-

tidarismo. Portugal ajudou a abrir esse caminho nos territórios cuja separação aceitou e promoveu. Em 2024 uma cerimónia comemorativa juntou no Tarrafal os chefes de Estado dos países tocados pela prisão de Chão Bom – Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné-Bissau. Aquilo a que assistimos foi, com mais pompa do que habitualmente (pelo meio século que então passava sobre o 25 de Abril) a uma legitimação transnacional da confusão que se institucionalizou, de modo a estender ao território a ideia de liberdade num tempo em que, de facto, ela não existiu. É como pintar um quadro antigo, desbotado, com cores novas, diferentes das primitivas. Ficará mais bonito? Talvez, mas na verdade o original não era bem assim. O 25 de Abril não significou em Cabo Verde o mesmo que significou em Portugal e isso não é novidade para ninguém. E por mais que o 1º de Maio de 1974 tenha assistido à libertação dos presos políticos que continuavam encarcerados no Tarrafal, a data não marca o início da liberdade nem da democracia no arquipélago. Pelo contrário, aí começa a construir-se o tempo em que os caminhos haviam de estreitar-se até serem reduzidos a uma só via de acesso ao futuro – uma independência gerida por um único partido, sem lugar para vozes nem pensamentos dissonantes. Mas disso, sabe muito mais do que eu. *O Campo do Silêncio* foi escrito com um único objetivo – o de acrescentar memória ao Campo do Tarrafal, resgatando, de modos diversos, nomes, factos e histórias, documentando um tempo de privação de liberdade que tem sido considerado, tanto em Portugal como em Cabo Verde.



A sua escrita cruza investigação histórica e narrativa jornalística. De que modo o jornalismo – com o seu olhar directo e ético – influenciou a forma como abordou este tema de silêncio e esquecimento?

Movem-me os factos. E aqueles que juntei durante a investigação académica com vista à escrita da minha tese de doutoramento são suficientes para mostrar que o Tarrafal é uma história incompleta. Enquanto jornalista – e na posse de tantos factos descartados pelas narrativas conhecidas do Campo de Cabo Verde – posso questionar a história. O meu interesse pelo esquecimento que continua presente nas leituras do degredo cabo-verdiano nasce justamente da percepção de que há múltiplos factos por considerar na história desta prisão. Em Portugal, isso justificar-se-á pelo tempo em que começou a ser construída a memória do Tarrafal, enquanto lugar de repressão, logo a seguir ao nascimento da democracia. Importava dar a conhecer e manter vivos no espaço público os nomes daqueles que combateram a ditadura e se sacrificaram pela liberdade. Foram esses os nomes que sobreviveram, que o tempo cuidou e que o presente comemora. Os outros – e são muitos – perderam-se pelo caminho, ficaram esquecidos em papéis arquivados. Não deixam, porém, de fazer parte da história do Campo. Só ainda não foram contados. Em Cabo Verde, a ausência do Tarrafal de 1974/1975 da memória colectiva não será um esquecimento, mas

antes um silêncio decretado. A consolidação de uma desejada hegemonia passou também (e continua a passar) pela comemoração dos libertadores. Integrar o relato destas prisões na narrativa oficial levaria a um confronto de memórias que o poder político quer, compreensivelmente, evitar. Como acomodar na mesma história os heróis da liberdade e aqueles que lhes apontam o dedo, nomeando alguns, dentre eles, como seus captores? Olhando o Campo na perspectiva da preservação e expansão da sua memória, como investigadora e como jornalista, nada disto determina a organização dos factos que resgatei do passado – dos arquivos e da memória. Independentemente das questões políticas que sempre lhe andarão coladas, é o Tarrafal enquanto espaço de privação de liberdade que me interessa. Quem foram os homens que prendeu? Porquê? Como? Quando entraram? Quando saíram? Não são estas as perguntas que arrumam as notícias? Não é esta a base do jornalismo?

Na sua visão, o que falta para que o Tarrafal se torne um espaço vivo de consciência, capaz de integrar as três memórias – a dos antifascistas portugueses, a dos nacionalistas africanos e a dos cabo-verdianos da independência?

Falta despolitizar a questão e olhar para o Tarrafal na perspectiva da memória. Contar o Campo sem sonegar factos, admitir a coexistência de múltiplas verdades na memória colectiva que se vai consolidando seria uma prova de maturidade política, um passo importante no percurso democrático. A candidatura do Campo a Património Mundial da Humanidade, pelo que percebo, está de novo na agenda. Não lhe parece incómodo haver registo público de “outros Tarrafais” que provavelmente voltarão a ser desconsiderados nos documentos entregues à UNESCO? Imagino que a ideia continue a ser, unicamente, a patrimonialização de uma prisão de antifascistas e anticolonialistas, mas era eticamente admirável que se comesçassem a derubar alguns muros e se deixasse, de uma vez por todas, o Tarrafal respirar alguma liberdade. ■